

Artigo submetido a 7 de Dezembro 2020; versão final aceite a 13 de Julho de 2021
Paper submitted on December 7, 2020; final version accepted on July 13, 2021

A Oferta Turística de Percursos Pedestres em Trás-Os-Montes e Alto Douro (TMAD): Mecanismos de Desenvolvimento Regional?¹

The Tourist Offer of Walking Routes in Trás-Os-Montes and Alto Douro (TMAD): Regional Development Mechanisms?

Pedro Azevedo

pedroazevedo@utad.pt

Docente Convidado e Bolseiro de Investigação na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e no Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD). Departamento de Economia, Sociologia e Gestão (DESG), Escola de Ciências Humanas e Sociais (ECHS), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)

Xerardo Pereiro

xperez@utad.pt

Doutor em Antropologia pela Universidade de Santiago de Compostela e Doutor em Turismo pela Universidade de La Laguna, Professor Associado com agregação na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e Investigador no CRIA (Centro em Rede de Investigação em Antropologia). Departamento de Economia, Sociologia e Gestão (DESG), Escola de Ciências Humanas e Sociais (ECHS), UTAD

Resumo

Caminhar é uma das atividades humanas mais democráticas e que não precisa de grande equipamento nem investimento. Caminhar é uma necessidade, ancorada no bipedismo humano, passou a ser hoje uma atividade humana de prazer, de ostentação de classe e de estatuto social. Nas últimas décadas tem aumentado profundamente a oferta e a procura de percursos pedestres para locais e visitantes, que caminham por múltiplos motivos, desde desportivos até culturais, turísticos, religiosos e espirituais.

Nos últimos anos, as autarquias da região de Trás-os-Montes e Alto Douro (TMAD) têm apostado na implementação de percursos pedestres nos seus territórios que assentam em dois eixos centrais: permitem a dinamização turística do território bem como constituem um mecanismo de desenvolvimento a nível local e regional através da criação, interpretação e ressignificação de caminhos tradicionais como roteiros pedestres. É esta a vocação territorial de TMAD? No nosso texto queremos avaliar essa vocação.

Perante os escassos estudos sobre os roteiros e itinerários pedestres existentes nesta região, este artigo tem por objetivo a apresentação de um inventário dos percursos pedestres existentes em Trás-os-Montes e Alto Douro, através da sua identificação bem como da sua caracterização. Para além

¹ Agradecimentos: o Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD) é financiado por fundos nacionais através da FCT, I.P., no âmbito do projeto UIDB/04011/2020. Este estudo é financiado na bolsa de investigação com a referência SFRH / BD / 136459 / 2018 atribuída pela FCT – Portugal a Pedro Azevedo; este estudo foi realizado na Universidade de Santiago de Compostela, no âmbito da bolsa de investigação de licença sabática com a referência SFRH / BSAB / 150447 / 2019 atribuída pela FCT – Portugal a Xerardo Pereiro.

disso, pretendemos interpretar os significados e sentidos da criação e expansão destes percursos pedestres e esboçar alguns dos seus usos e funções.

Através da aplicação de uma metodologia documental e de investigação de terreno, identificamos os percursos pedestres divulgados nos sites das autarquias, pretendemos assim compreender a sua evolução e fazer uma análise interpretativa destes percursos e dos guias turísticos associados.

Os resultados obtidos demonstram que existe um total de 156 percursos pedestres em TMAD, divididos em Pequena Rota (PR) e Grande Rota (GR), indo ao encontro de discursos e valores contemporâneos ligados ao ambiente, à ecologia e à sustentabilidade.

Palavras-chave: percursos pedestres; pedestrianismo; itinerários turísticos; desenvolvimento regional; Trás-os-Montes e Alto Douro;

Códigos JEL: H7; L8; R11;

Abstract

Walking is one of the most democratic human activities and does not require much equipment or investment. Once it is a necessity anchored in human bipedism, it has become today a human activity of pleasure, of class ostentation and of social status. In recent decades there has been a profound increase in the supply and demand of pedestrian routes for places and visitors, who walk for multiple reasons from sporting to cultural, tourist, religious and spiritual ones.

In recent years, the local authorities of Trás-os-Montes and Alto Douro region (TMAD) have been investing in the implementation of pedestrian routes in their territories which are based on two central axes: they allow the tourist dynamization of the territory as well as constitute a development mechanism at local and regional level through the creation, interpretation and resignification of traditional paths as pedestrian routes. Is this the territorial vocation of TMAD? In our text we want to evaluate this vocation.

In the view of the scarce studies on the pedestrian routes and itineraries existing in this region, this article aims to present an inventory of the existing pedestrian routes in Trás-os-Montes and Alto Douro, through their identification as well as their characterisation. In addition, we intend to interpret the meanings of the creation and expansion of these pedestrian routes and outline some of their uses and functions.

Through the application of a documental methodology and field research, we identify the pedestrian routes divulged in the local government websites, thus we intend to understand their evolution and make an interpretative analysis of these routes and the associated tourist guides.

The results obtained show that there are a total of 163 pedestrian routes in TMAD, divided into Small Route (PR) and Large Route (GR), meeting contemporary discourses and measures related to the environment, ecology and sustainability.

Keywords: footpaths; trekking; tourist itineraries; regional development; Trás-os-Montes and Alto Douro;

JEL codes: H7; L8; R11;

1. INTRODUÇÃO

“Caminhante, são tuas pegadas
o caminho e nada mais;
caminhante, não há caminho,
se faz caminho ao andar”

(Antonio Machado, poeta modernista espanhol, em Campos de Castilla, 2012, or. 2009, Provérbios e Cantares XXIX)

O turismo em Portugal tem nas últimas décadas assistido a um crescimento contínuo (Neto, 2013; Gouveia Ramos, 2015; e <https://travelbi.turismodeportugal.pt/pt-pt/paginas/HomePage.aspx>, nele, o pedestrianismo tem vindo a assumir especial relevância, apresentando-se como uma das atividades mais populares em termos turísticos, acompanhando uma tendência a nível mundial (Dickinson e

Lumsdon, 2010). Neste sentido, a nível global há uma tendência crescente dos turistas consultarem, registarem e recolherem informações na internet sobre percursos pedestres. Assim, por exemplo, a plataforma de caminhadas WIKILOOC tem 7.017.724 membros que já compartilharam 19.257.732 rotas e 34.325.432 fotografias (fonte: <https://es.wikiloc.com/>).

O pedestrianismo é uma atividade física e/ou desportiva que consiste em percorrer a pé determinadas distâncias, permitindo o contacto com a natureza bem como o contacto com elementos culturais e patrimoniais, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida (Braga, 2007). A legislação portuguesa define o pedestrianismo como uma “atividade de percorrer distâncias a pé, na natureza, em que intervêm aspetos turísticos, culturais e ambientais, desenvolvendo-se normalmente por caminhos definidos, sinalizados com marcas e códigos internacionalmente aceites” (Portaria nº 1465/2004).

De acordo com Paulo Carvalho, o desenvolvimento do pedestrianismo e das redes de percursos pedestres é relativamente recente em Portugal (Carvalho, 2010: 202), situando-se o seu desenvolvimento nas décadas de 1980 e 1990. A criação de percursos pedestres a nível nacional acompanhou a tendência mundial de expansão das rotas e de percursos turístico-culturais, muito devido à procura de experiências na natureza e em destinos rurais, entendidos como forma de escapar à rotina (Rodrigues e Kastenholtz, 2010).

Neste texto vamos identificar e analisar os percursos pedestres PR (Pequena Rota) e GR (Grande Rota) criados pelas autarquias em Trás-os-Montes e Alto Douro (TMAD) nas últimas décadas e ver quais os motivos que levaram à sua criação e integração na oferta turística da região. Como hipótese exploratória afirmamos que a oferta destes percursos pedestres está orientada a aumentar a atratividade do interior Norte de Portugal e inseri-los tanto ao turismo e aos visitantes mais do que aos locais. Por outro lado, esta oferta acompanha as novas tendências internacionais do aumento de interesse pelo turismo de natureza e o turismo rural ativo (Lane, 1994), e também representa um processo de imitação e osmose entre municípios que convida locais e visitantes a uma nova cultura de mobilidade turística mais sustentável.

Os percursos pedestres de TMAD são uma forma de escrever sobre o território e transformar a sua paisagem para ser contemplada de forma mais próxima e íntima. O enfoque teórico deste trabalho é antropológico, descritivo, interpretativo e exploratório, mais focado na oferta de percursos e a sua distribuição territorial por TMAD. E para concretizar estes objetivos analisámos o conteúdo das webs municipais de TMAD e de outras plataformas digitais especializadas em caminhadas, realizamos observação participante no terreno, principalmente etnografias em movimento nas principais rotas pedestres da região de TMAD com o intuito de avaliar estas em contexto, igualmente realizamos entrevistas em profundidade com técnicos turísticos dos municípios com mais percursos, e também realizamos uma análise documental da sua comunicação e promoção em folhetos, panfletos, guias turísticos e outros suportes documentais e audiovisuais com o objetivo de analisar o seu discurso e imagem (cf. Rodríguez *et al*, 2010). Estes materiais documentais foram recolhidos por nós em postos de turismo e feiras regionais, nacionais e internacionais de Turismo (ex. BTL, FITUR, INTUR, Xantar, Semana Verde de Silleda-Galiza, Feira de turismo e caça de Macedo de Cavaleiros, etc.).

A estrutura do texto centra-se em quatro partes: i) a primeira parte inicia com um breve enquadramento teórico sobre caminhadas, roteiros e percursos pedestres, inseridos no fenómeno *walking tourism*; ii) na segunda parte são explicitados os processos metodológicos adotados nesta pesquisa; iii) uma terceira parte que incidirá na contextualização geográfica de Trás-os-Montes e Alto Douro e na análise aos percursos pedestres identificados na região; iv) e a última parte centra-se numa análise aos resultados finais obtidos e fornece os possíveis contributos da investigação, em modo de conclusão.

2. ROTEIROS TURÍSTICOS E PERCURSOS PEDESTRES: NOVAS FORMAS DE FAZER TURISMO

2.1. Porque caminhamos?

No ato de caminhar produz-se uma relação entre o corpo, a paisagem e o caminho que foi sempre favorável para pensar em movimento (Ingold e Vergunst, 2008), como mostra o hábito de caminhar de muitos filósofos (Gros, 2018), para falar e quebrar a rotina. O *homo viator* caminha procurando

a liberdade, pois as pernas foram feitas para andar a pé e não para sentar-se, diz-nos Thoreau (2018: 149). Mas em realidade caminhar é uma atividade polissémica. Caminhar é uma forma de evasão do stress da modernidade contemporânea e de reencontrar-nos com nós próprios (Le Breton, 2020; O'Mara, 2020, Hoban, 2021). Caminhar é igualmente a primeira forma de viajar, a ação de um corpo e duas pernas em baloiço bípede, e também uma ferramenta de ação política, uma redescoberta do território visitado, uma forma de escutar o mundo e provar o limite do corpo ao atravessar paisagens visuais e sonoras (Ortín, 2018). Caminhar é também uma tecnologia do corpo (Ingold e Vergunst, 2008), é fazer território e construir um espaço social de procuras físicas e espirituais, é utilizar o corpo como se fosse um lápis (Wood, 2018) para produzir cartografias pessoais e sociais próprias. E se durante muitos anos caminhar era considerada uma forma de penitência, pensemos nas peregrinações (sacrifício, esforço, recompensa, meta), hoje em dia caminhar converteu-se num prazer social, numa atividade turística que procura diversidade e novidade.

O ato de caminhar caracteriza-se por ser uma das atividades mais comuns realizadas pelos turistas quando viajam (Murray e Graham, 1997; Hall *et al*, 2017, Ram e Hall, 2018a). Neste sentido, os percursos pedestres têm registado no mundo um crescimento exponencial nas últimas décadas (Zimmer e Grassman, 2001; Ward-Perkins *et al*, 2019), relacionado com o incremento das atividades de Turismo de Natureza e de Aventura (Teixeira *et al*, 2018: 486) mas no fundo e sobretudo impulsionado pelas ideologias da saúde e do bem-estar fundamentadas desde os finais da 2ª Guerra Mundial. Caminhar é uma atividade performativa que nos conecta com o mundo e a natureza, nos reequilibra e liberta de tensões e stress, construindo assim novas visões do mundo e sentidos sociais, e por isso os turistas realizam cada vez mais as caminhadas.

2.2. Turismo e pedestrianismo: Revisão da literatura

O significado etimológico da palavra pedestrianismo é o de andar a pé, e é uma palavra que se popularizou desde os anos 1990 com o aumento da sua prática, em parte ligada ao turismo de natureza e a uma prática de exercício físico saudável que não exige grandes despesas financeiras. O pedestrianismo está associado à disseminação de trilhos pelos territórios que acaba por reconfigurá-los. Os trilhos conformam percursos pedestres criados numa determinada área e que visam a orientação do caminhante de forma autónoma e autoguiada através da marcação, sinalética e conexão entre pontos e locais de interesse.

Diversos autores afirmam que as caminhadas turísticas, encontram-se muito ligadas a um estilo de vida saudável e ao contacto com a natureza, remetendo para um turismo mais “verde” (Gonçalves, 2003; Davies, 2016; Hardy e Aryal: 2020). Neste sentido, passa a haver uma forma diferente de olhar para a natureza, o meio ambiente e para o mundo rural, onde as redes de percursos pedestres são entendidas como um mecanismo de promoção de desenvolvimento turístico e cultural e nomeadamente constituem uma oportunidade de desenvolvimento sustentável (Pereiro, 2018a; 2018b).

O turismo de caminhadas ou *walking tourism* constitui um modo de viajar onde os turistas caminham porque têm interesses intimamente relacionados com a sustentabilidade ambiental e cultural e procuram adquirir uma atividade de lazer com qualidade, sendo diversos autores que integram este conceito no fenómeno de *slow tourism* (Fullagar, Markwell e Wilson, 2012; Kato e Prozano, 2017). Mas a literatura científica diferencia alguns subtipos de *walking tourism*. O *hiking tourism* encontra-se ligado ao percorrer percursos em áreas protegidas como parques naturais e áreas verdes (Li, Ge e Liu, 2005). Por sua vez, *hiking* é uma atividade turística ligada ao bem-estar e de tranquilidade (Rodrigues, Kastenholz e Rodrigues, 2010). Relativamente ao *trekking tourism*, significa seguir uma rota ou um extenso trilho. Martina Shakya define o termo *trekking* como a realização de caminhadas em áreas montanhosas (2009: 93). Enquanto o *hiking tourism* remete para caminhadas de curtas distâncias, o *trekking tourism* remete para caminhadas de extensas distâncias e por um médio-longo período, sendo o exemplo mais notório o dos Caminhos de Santiago. Apesar disto, as duas modalidades apresentam semelhanças por consistir em atividades pedestres realizadas ao ar livre.

De igual modo, ambas podem ser inseridas no turismo de caminhadas, onde a caminhada é compreendida como uma forma de deslocação recreativa e turística que se encontra em pleno crescimento (Dickinson e Lumsdon, 2010). Joan Prat afirma que os caminhantes percorrem os percursos porque querem ter contacto com o património cultural existente (2011). Relativamente aos percursos pedestres, estes obedecem à definição de um tipo de itinerário ou de roteiro pedestre, que muitas vezes é também turístico, sendo entendido como um percurso temático, constituído por sítios e

etapas, onde a temática deve ser representativa de uma identidade regional própria, ou seja, tem de haver um sentimento de pertença à comunidade, ancorado na memória coletiva (Pereiro, 2009: 232; Ruiz, 2014: 190).

Os percursos pedestres permitem o conhecimento dos valores e das atrações de uma comunidade e duma região. Estes percursos podem ser desenvolvidos essencialmente a cinco níveis: local, regional, nacional, internacional e transcontinental (Zabbini, 2012: 61; UNWTO, 2015). De igual modo, Perussi afirma que são entendidos como instrumentos que possibilitam ao visitante um conhecimento mais amplo, organizado ou temático dos pontos de interesse turístico do destino (2011: 189). Muitos desses percursos pedestres podem ser considerados como itinerários naturais e culturais, e o ICOMOS considera que os itinerários culturais representam processos evolutivos, interativos e dinâmicos das relações humanas interculturais (ICOMOS – Carta dos Itinerários Culturais, 2008).

Os percursos pedestres constituem um produto turístico complexo e heterogéneo (Kouchner e Lyard, 2001). A criação destes percursos ligados a várias temáticas, acompanha a crescente procura da diversificação de experiências por parte dos turistas. Além do mais, permitem promover o turismo a nível local e regional, constituindo um meio de desenvolvimento sustentável, pois incentivam os turistas e visitantes a se movimentarem pelo território (Paiva *et al*, 2019) de forma ecologicamente sustentável e socialmente próximos de modos de viver diferentes.

Ao mesmo tempo, os percursos pedestres podem adotar diversas designações, tais como: rotas, roteiros, itinerários, percursos pedestres, trilhos, circuitos, caminhos, entre outros, tornando-se necessário clarificar e definir cada conceito. Perante esta diversidade e amplitude de designações, é notório que todos os percursos têm por objetivo a projeção de um determinado território para o consumo turístico (Ramírez, 2011: 226). Os percursos pedestres com orientação turística resultam da agregação dos atrativos turísticos, dos bens patrimoniais e dos recursos endógenos (Zimmer e Grassmann, 1996; 2001). Noutra perspetiva, conjugando os percursos com os vários produtos turísticos existentes, contribuem para a articulação e o desenvolvimento da imagem turística do território (Salgado *et al*, 2016), uma imagem turística mais apegada à natureza e à atividade de animação desportiva. Estas perspetivas teóricas são reunidas e sumariadas no quadro 1.

Quadro 1: Síntese concetual sobre pedestrianismo

Conceitos	Autoria e data	Perspetiva
Caminhar	Ingold e Vergunst, 2008; Gros, 2018; Thoreau, 2018; Ortín, 2018;	locomoção corporal pedestre; movimento e atividade intrínseca ao ser humano (<i>homo viator</i>);
	Wood, 2018; Murray e Graham, 1997; Hall et al, 2017; Ram e Hall, 2018b;	Wood perspetiva que caminhar é uma prática social e espiritual. Nos últimos anos o ato de caminhar reconfigura-se e alguns autores enquadram-no numa atividade nitidamente turística.
Pedestrianismo	Braga, 2007; Paulo Carvalho 2010;	Atividade pedestre complexifica-se ao conjugar lazer, cultura e turismo.
<i>Walking tourism</i>	Fullagar, Markwell e Wilson, 2012; Kato e Prozano, 2017; Rodrigues, Kastenholz e Rodrigues, 2010;	Assente no pedestrianismo, reúne sustentabilidade ambiental e passa a ser entendida como uma atividade de lazer com qualidade e com valores sustentáveis.
Percurso pedestre	Kouchner e Lyard, 2001; Paiva et al, 2019; Ramírez, 2011; Zimmer e Grassmann, 1996;	A criação de percursos específicos dirigidos aos turistas e como mecanismo que permite o desenvolvimento territorial.

Fonte: Elaboração própria

2.3. Pedestrianismo em Portugal

Nos últimos anos, vários concelhos de Portugal têm vindo a desenvolver percursos pedestres como ferramenta de dinamização turística e territorial. A implementação de percursos pedestres

permite o desenvolvimento do território (Randall e Baetz, 2001; Calixto e Dores, 2008; Carvalho 2009/2010; Jaffe e Pasternak, 2004; UNWTO, 2019). Este processo permitiu o crescimento das atividades pedestres de locais e visitantes, sobretudo no interior do país (Gabriel, 2005). O resultado deste processo é demonstrado no quadro 2.

Quadro 2- Percursos pedestres em Portugal (dados de 21-12-2015)

	PR (Pequena Rota)	GR (Grande Rota)
Projetos	756	46
Kms registados	5182,53	2769,17
Percursos pedestres homologados	246	21
Kms homologados	2326,49	1433,27

Fonte: <http://www.fcmportugal.com/Percursos.aspx> (Acedido em: 2-11-2020)

Muitos municípios portugueses articulados com outras entidades promotoras têm apostado na criação de percursos e itinerários pedestres para a dinamização e revitalização turística dos seus territórios, conforme é salientado no quadro 3.

Quadro 3- Entidades promotoras e concelhos (dados de 21-12-2015)

Entidades Promotoras	207
Concelhos	198

Fonte: <http://www.fcmportugal.com/Percursos.aspx> (Acedido em: 2-11-2020)

De acordo com a Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP) -ver: <http://www.fcmportugal.com/> -, os percursos pedestres são compreendidos entre Pequenas Rotas (PR) e Grandes Rotas (GR). O que distingue estes percursos são as distâncias percorridas e a sua extensão. As pequenas rotas são percursos com uma extensão inferior a 30 km, enquanto as GR possuem mais de 30 km, unindo cidades ou mesmo países. Importa referir que as GR se encontram associadas a rotas culturais, definidas como percursos que atravessam um ou dois países ou regiões (Briedenhann e Wickens, 2004: 72), ou seja, que remete para percursos com uma elevada extensão, como são exemplo os Caminhos de Santiago², e que se encontram regulados pelo recente Decreto-Lei 51/2019.

As rotas turístico-culturais podem ainda ser classificadas da seguinte forma, tendo em conta os parâmetros definidos pela Organização Mundial do Turismo (OMT): a) Design e estrutura; b) tema; c) território; d) origem histórica ou atual configuração; e) estruturas para visitantes (UNWTO, 2015). Em suma, os percursos pedestres de Grande Rota (GR) podem ser classificados como rotas turístico-culturais.

Tendo em consideração a definição de pedestrianismo realizada anteriormente, o pedestrianismo encontra-se regulamentado pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP). De acordo com a Lei de Bases do Desporto, Lei nº 30/2004, de 21 de julho, cabe à Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal a representação nacional e internacional da modalidade, sendo também da sua responsabilidade a homologação dos percursos pedestres, tal como à *FERP - Fédération Européenne de la Randonnée Pédestre*, para o caso europeu.

3. METODOLOGIA

Para a realização desta investigação utilizamos uma estratégia metodológica antropológica e uma abordagem mista, ou seja, na aplicação de métodos e técnicas de análise quantitativas e qualitativas (Bardin, 2003). A investigação seguiu também uma estratégia de triangulação multimetódica, havendo uma conjugação articulada de técnicas de pesquisa como o trabalho de campo, as entrevistas com agentes turísticos e uma análise documental para compreender o pedestrianismo e a sua relação com o turismo (Phillmore e Goodson, 2004; Moreira, 2007: 178).

A sequência seguida neste estudo centrou-se essencialmente em três fases distintas: a primeira fase consistiu na pesquisa bibliográfica sobre os conceitos de rotas, itinerários turístico-culturais e principalmente de percursos pedestres. A segunda etapa centrou-se na consulta dos sites dos 34

² Os Caminhos de Santiago não são enquadrados como percursos pedestres, apesar de coincidirem, parcialmente, com percursos pedestres e/ou cicláveis, apresentando uma marcação própria e legislação específica.

municípios que constituem a região de Trás-os-Montes e Alto Douro (TMAD) no Norte de Portugal, com o objetivo de se realizar uma identificação exaustiva de todos os itinerários e posteriormente criar um inventário com os percursos pedestres existentes. Logo fizemos uma comparação com plataformas digitais específicas como a Wikilock e outras para analisar os percursos pedestres oficiosos e os seus usos sociais e turísticos.

O nosso foco territorial foi TMAD. Entendemos aqui por TMAD o território do Norte interior de Portugal, que integra as CIMs (Comunidades Intermunicipais) e NUT's-III do Alto Tâmega, do Douro e de Terras de Trás-os-Montes. A justificação desta escolha encontra-se no objetivo implícito da investigação de analisar qual o papel dos percursos pedestres no desenvolvimento de regiões de interior com baixa densidade demográfica, como é o caso de TMAD.

A consulta das páginas web das autarquias foi primordial pois os *websites* possuem uma orientação mais informativa, utilitária e prática (Ramo e Marco, 2018). Importa referir que focamos o nosso estudo somente nos percursos pedestres disponibilizados nos *websites* das autarquias e não nos restantes percursos e trilhos, apesar de outros agentes públicos e privados também disponibilizarem percursos, propondo informações acrescidas para os turistas e visitantes. Grande parte destes agentes encontram-se articulados com os *websites* das autarquias, assim como com os postos de turismo, associações de desenvolvimento local e empresas.

Por último, na terceira fase procedeu-se à realização de fichas de análise de roteiros pedestres, bem como à realização de entrevistas com técnicos de turismo envolvidos na criação e promoção desses percursos pedestres. As entrevistas foram realizadas pessoalmente a técnicos de turismo de autarquias da região ao longo dos anos 2019 e 2020, com o objetivo de saber quais os motivos e fatores que levaram as Câmaras Municipais a implementarem os percursos e o entender o processo de criação. Importa referir que algumas das entrevistas foram feitas por telefone a técnicos com vista a esclarecer algumas informações inexistentes nos websites camarários e nos guias turísticos documentais recolhidos por nós em feiras turísticas nacionais e internacionais (BTL, FITUR, INTUR, Xantar, Semana Verde, etc.). Os materiais documentais recolhidos foram arquivados na Turisteca da UTAD em Vila Real.

Relativamente às fichas de roteiro, a sua criação prendeu-se com o facto de organizar toda a informação contida nos guias turísticos (*flyers*) para ser possível fazer a caracterização de todos os percursos de forma comparada. Cada ficha criada corresponde a um percurso pedestre identificado. Desta forma, foi levada a cabo uma análise de conteúdo dos percursos e dos respetivos guias, onde foram analisados diversos aspetos considerados pertinentes, tais como as línguas em que estão disponibilizados, as temáticas dos percursos, as entidades promotoras e os respetivos anos de criação. Ao mesmo tempo, pretendeu-se obter outras informações como a tipologia dos percursos pedestres (PR ou GR) bem como o tipo de percurso (linear ou circular), a extensão, o grau de dificuldade, entre outros aspetos.

Esta opção metodológica permitiu-nos fazer uma análise exaustiva e identificar a oferta de todos os percursos pedestres existentes na região bem como analisar todos os itinerários disponibilizados nos sites das 34 autarquias que compõem a região de TMAD. A identificação e caracterização dos percursos pedestres com base nos *websites* das autarquias foi realizada no mês de setembro de 2020, tendo em atenção um modelo de análise multidimensional (cf. Majdoub, 2010), já testado por outros autores, e que foca a relação entre cultura, território e identidade. E para além da sua identificação e caracterização, a metodologia empregue permitiu-nos interpretar os motivos e significados da criação destes percursos pedestres, e também compreender que sentido têm na oferta turística dos municípios de TMAD.

4. ANÁLISE DOS PERCURSOS PEDESTRES EM TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

4.1. Contextualização geográfica

O território de Trás-os-Montes e Alto Douro compreende a região Norte interior de Portugal (Edgar e Pereiro, 2020: 66). Tendo em conta a antiga província definida em 1936, Trás-os-Montes e Alto Douro consistia numa região constituída por 31 concelhos, integrando a totalidade dos concelhos dos distritos de Bragança (12 concelhos) e de Vila Real (14 concelhos). A região trespassava para sul do rio Douro, integrando 4 concelhos do distrito de Viseu 1 concelho do distrito da Guarda, conforme é ilustrado na figura 2.

Em 1976 extingue-se a antiga província de TMAD e em 1989, através do Decreto Lei nº 46/89, criam-se as NUT's (Nomenclaturas de Unidades Territoriais), ao abrigo da entrada de Portugal na CEE (Comunidade Económica Europeia). Mais tarde, em 2008, criam-se as Comunidades Intermunicipais (CIM's), que são entidades administrativas que associam municípios e que constituem verdadeiras microrregiões. Em 2011 foram extintos os antigos governos civis (representantes do governo central e do ministério da administração interna), que existiam em cada distrito. No âmbito da região Norte (NUT-II), TMAD representa um total de 34 municípios, correspondendo a 4 distritos (Vila Real, Viseu, Bragança, Guarda) e encontra-se dividido nas seguintes NUT's-III: Terras de Trás-os-Montes, Douro e Alto Tâmega. As NUTs-III coincidem territorialmente com as CIM, conforme é ilustrado no mapa da figura 1.

Figura 1- Mapa com as NUT's III do norte de Portugal



Fonte: CCDR-N (<https://www.ccdr-n.pt/category/tags/nuts>)

Segundo a base de dados da PORDATA (<https://www.pordata.pt/Municipios>) a população de TMAD em 2018 era de 386.590 habitantes, com uma perda de aproximadamente 33.000 habitantes com relação a 2010. A distribuição demográfica e outros dados são apresentados nas tabelas abaixo, que mostram uma baixa densidade demográfica, especialmente em Terras de Trás-os-Montes e no Alto Tâmega, uma alta percentagem de população idosa e uma diminuta população jovem.

Quadro 4: Dados sociodemográficos das NUTS III (Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes) no ano de 2018

ANO / NUTS III	2018			
	Alto Tâmega (NUTS III)	Douro (NUTS III)	Terras de Trás-os-Montes (NUTS III)	Portugal
População residente	86.812	191.574	108.204	10.283.822
Superfície em km ²	2.921,9	4.031,6	5.543,6	92.225,6
Densidade populacional número médio de indivíduos por km ²	29,7	47,5	19,5	111,5
Jovens (%) menos de 15 anos	9,6	11,0	10,0	13,8
População em idade ativa (%) 15 aos 64 anos	60,3	64,2	60,1	64,6
Idosos (%) 65 e mais anos	30,1	24,8	29,9	21,7

Fonte: (<https://www.pordata.pt/Municipios>)

4.2. Resultados

O fenómeno de criação e de implementação de roteiros e percursos pedestres na região de TMAD começa a surgir a partir do ano 2000.

No caso do Douro, a classificação como património mundial do Alto Douro Vinhateiro pela UNESCO (cf. <https://whc.unesco.org/en/list/1046/>), em 2001, onde é enaltecida a sua paisagem cultural, levou a que muitas autarquias durienses iniciassem um processo de criação de percursos pedestres nos seus municípios de forma a potencializarem os pontos de interesse turísticos. A criação dos percursos pedestres envolveu diversos atores públicos e privados. Neste sentido, um técnico de uma autarquia refere que “as ideias e os projetos correm melhor quando são encabeçados pelos próprios municípios. Se for o Estado a sugerir, parece que está a impor algo” (Técnico de turismo da Câmara Municipal de Vila Real, 27-2-2020).

O primeiro percurso pedestre na região de TMAD foi inaugurado em 2002, no concelho de Montalegre, pelo Ecomuseu do Barroso, com a criação do Trilho do Rio (ver: https://www.cm-montalegre.pt/cmmontalegre/uploads/document/file/1464/trilho_do_rio.pdf). Os anos de 2004, 2008, 2012 e 2017 assistiram a um crescimento constante de roteiros, conforme é demonstrado na figura 2. Contudo, é notório que foi no ano de 2017 que se assistiu a uma proliferação de percursos pedestres no território de TMAD, com 15 percursos criados, evidenciando uma aposta clara dos municípios na criação de percursos pedestres.

Figura 2- Evolução anual de criação de percursos pedestres

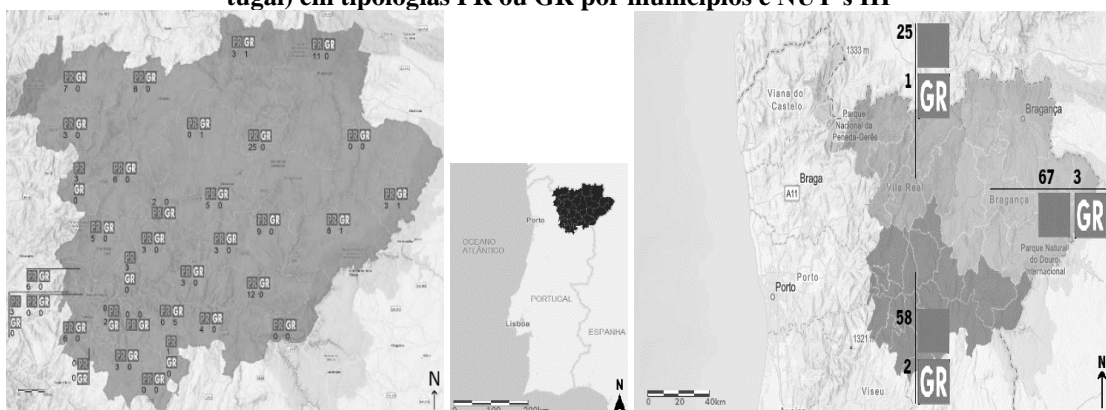


Fonte: Elaboração própria com base nas datas fornecidas pelos flyers e nos websites das autarquias

A diversificação das atividades turísticas aliadas à valorização da natureza e de territórios rurais, impulsionaram as autarquias a criar percursos que articulassem paisagens protegidas e o património cultural existente, de forma a fomentar a oferta turística que esta região possui. Importa referir que a maioria dos percursos se encontram implementados em meios rurais, embora alguns sejam estabelecidos em meios urbanos, como é o caso das cidades de Bragança e de Vila Real.

A existência de um total de 156 percursos pedestres contabilizados em Trás-os-Montes e Alto Douro, divididos em PR e GR, evidenciam a importância que estes percursos desempenham na região, conforme é apresentado nas figuras 3 e 4, cuja divisão em NUTS-III torna comparativamente em termos territoriais distintas.

Figura 3 e 4- Número de percursos pedestres PR e GR em Trás-os-Montes e Alto Douro (norte de Portugal) em tipologias PR ou GR por municípios e NUT's III



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos (ArcGis)

Os municípios que pertencem à NUT III Terras de Trás-os-Montes disponibilizam o maior número de itinerários, com 67 PR's e 3 GR's. O município de Macedo de Cavaleiros oferece 25 percursos, sendo o concelho pertencente a TMAD que mais percursos pedestres possui e que mais rotas homologadas possui em todo o país.

Na entrevista junto da técnica de turismo do município, foi-nos explicado que:

“Estes percursos já existiam há muitos anos e encontravam-se obsoletos, acabando por assistirem a uma revitalização da sinalização, aproveitando para fazer alterações nos percursos e em algumas derivações. Esta reformulação pretendeu ir ao encontro do crescente interesse no caminhar ao ar livre e por sua vez, estabelecer o contacto com as pessoas e associar aos percursos o património histórico, cultural e edificado. Uma preocupação do município em estabelecer os 180 kms de rotas foi a tentativa de fornecer todo o município de Macedo com percursos, não descurando nenhuma freguesia. Os percursos mais percorridos e muito procurados são o de Balsemão e Banrezes, pois o esgotar dos flyers e a descarga de apps, são indicadores da sua intensa procura” (Técnica de turismo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, 2-11-2020).

Sublinhar que, para os municípios de Peso da Régua, Freixo de Espada à Cinta, Vimioso, Serancelhe e Tarouca, não foram identificados percursos pedestres nos respetivos websites das autarquias, apesar de sabermos da sua existência por outras fontes de informação, como a Wikiloc.

No conjunto da nossa amostra, é notório que predominam os itinerários de Pequena Rota (PR), perfazendo um total de 150 percursos. Existem apenas 6 percursos de Grande Rota (GR), conforme é demonstrado no quadro 5.

Quadro 5- Número de percursos pedestres existentes em cada município de Trás-os-Montes e Alto Douro segundo a tipologia e o formato dos percursos

NUTS-III	Itinerários turísticos				
	Tipologia de percursos pedestres		Formato do percurso pedestre		
	PR	GR	Circular	Linear	Indefinido
Terras de Trás-os-Montes	67	3	54	11	5
Alto Tâmega	25	1	22	4	0
Douro	58	2	48	10	2
Total	150	6	124	25	7

Fonte: elaboração própria com base nos percursos identificados

O reduzido número de percursos pedestres existentes em alguns concelhos prende-se com o facto de algumas autarquias começarem mais recentemente o processo de criação de percursos ou encontrarem-se em processo de reformulação com o objetivo de serem homologados. Comparativamente ao tipo de percurso, é notório que predominam os roteiros de Pequena Rota (PR) na região (97%). Eles são orientados ao habitual tempo diário disponível para caminhar de locais e de visitantes.

Os guias turísticos ou *flyers* disponibilizados online nos websites das autarquias, num total de 141 (90%) encontram-se todos escritos em português, não sendo oferecidos guias online para 15 percursos (10%). Também existe um número considerável de guias disponibilizados noutras línguas, conforme é demonstrado no quadro 6. Na língua inglesa, existem 74 guias (47%). Apenas 6 guias são disponibilizados em espanhol (0,39%) e não existem guias noutras línguas, como é o caso da língua francesa (0%), algo que nos parece inadequado face à procura turística da região (cf. Pereiro e Azevedo, 2020).

Apenas são disponibilizados 69 ficheiros GPS/KML (44%), que são fundamentais para orientar e estabelecer o visitante no território (Edwards e Griffin, 2013) através de dispositivos digitais, consistindo em itinerários virtuais que podem ser utilizados em *gps* ou telemóveis. Contudo, 87 (56%), percursos não possuem ficheiros GPS/KML.

Quadro 6- Ferramentas disponibilizadas nos guias turísticos (ficheiros gps e flyers)

NUTS-III	Ficheiro GPS / KML	Guia turístico / Flyers	Línguas			
			PT	ING	FR	ESP
Terras de Trás-os-Montes	49	69	69	49	0	0
Alto Tâmega	0	21	21	7	0	6
Douro	20	55	55	18	0	0
Total	69	145	145	74	0	6

Fonte: elaboração própria com base nos dados obtidos

Relativamente às temáticas e narrativas, apenas 65 percursos apresentam um tema específico, conforme é ilustrado na figura 5. Predominam os percursos com as temáticas paisagística (35), cultural (32) e desportiva (20). Eles acabam por transmitir uma imagem identitária de cada localidade onde se implementam e funcionam como emblemas simbólicos e ex-libris dos seus municípios.

Figura 5- Temáticas dos percursos pedestres



Fonte: elaboração própria

Os percursos com a temática “histórica” também possuem alguma importância, como é exemplo o Caminho Português Interior de Santiago de Compostela (CPIS) -ver <https://cpis.utad.pt/> - nas localidades de Lamego, Peso da Régua, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves. Com menor expressão encontram-se os percursos de cariz “religioso”, “etnográfico” e “geológico”.

Relativamente ao tipo e formato de itinerário³, existem 122 percursos circulares (78%), 25 percursos lineares (16%) e 9 percursos que não referem o formato (6%) como é representado na figura 7.

Quanto ao grau de dificuldade dos percursos, estes foram agrupados em cinco níveis de uma escala: muito fácil, fácil, moderado, difícil e muito difícil. Esta classificação taxonómica ou tipologia, utilizada pelas instituições oficiais, é feita em função da extensão do percurso, ou seja, o grau de dificuldade aumenta consoante o maior número de quilómetros do trajeto e também em função de outros elementos como a orografia.

Conforme podemos verificar no quadro 7, predominam os percursos com uma dificuldade considerada médio/moderada, correspondendo a 48 percursos (31%), seguindo-se 44 percursos com um formato fácil/baixa (28%), 36 percursos com um grau ou nível difícil/alto. (23%) Em menor número, apenas existe 1 percurso muito fácil e nenhum considerado muito difícil.

Quadro 7- Grau de dificuldade dos percursos

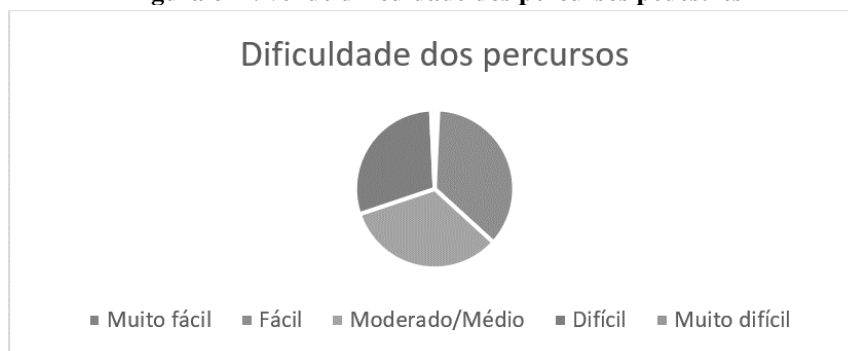
NUT- III	Grau de dificuldade					
	Muito fácil	Fácil/baixo	Médio/moderado	Difícil/alto	Muito difícil	N.A.
Terras de Trás-os-Montes	1	30	9	12	0	2
Alto Tâmega	0	5	8	10	0	1
Douro	0	13	50	13	0	6
Total	1	48	67	35	0	9

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos

³ Importa referir que alguns percursos lineares e circulares apresentam derivações.

Na figura 6 é possível analisar numa perspetiva geral de síntese o grau de dificuldade dos percursos.

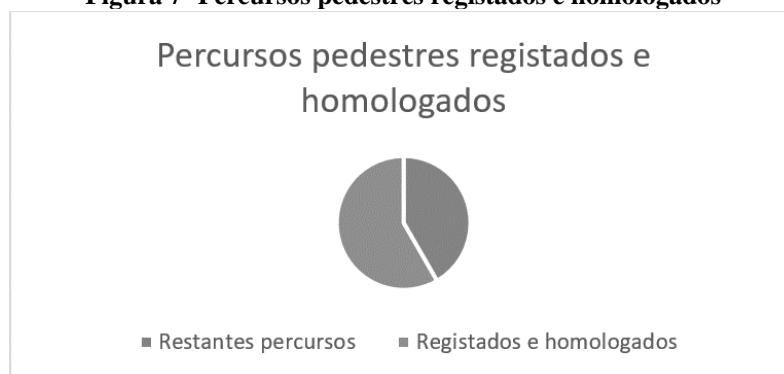
Figura 6- Nível de dificuldade dos percursos pedestres



Fonte: elaboração própria

A maioria dos itinerários, num total de 91 percursos pedestres, correspondendo a 58%, encontram-se homologados e registados pela FCMP e FERP, cujos percursos seguem as regras de uniformização a nível nacional e internacional. Em sentido oposto, 42% dos percursos, num total de 65, não se encontram homologados, conforme é ilustrado na figura 7, encontrando-se alguns deles em processo de homologação.

Figura 7- Percursos pedestres registados e homologados



Fonte: elaboração própria

A questão da homologação prende-se maioritariamente com a segurança do caminho e que remete para um “selo de qualidade”, pois quem faz o percurso sabe que é um caminho estável e pode fazê-lo em segurança, seguindo regras transversais a outros percursos pedestres e possuir uma divulgação nacional e internacional, sendo esta uma opinião unânime a todos os técnicos municipais entrevistados.

Os roteiros pedestres integram a oferta turística da região, onde os percursos PR e GR fazem parte da Rede Municipal de Percursos Pedestres desenvolvidas por cada concelho. As entidades promotoras que desenvolvem os percursos pedestres são principalmente as autarquias, em articulação com diversas entidades apoiantes, constituídas essencialmente pelas juntas de freguesia. Recorrendo a metodologias desenhadas e normalizadas por instituições internacionais e nacionais, as instituições públicas promotoras como aplicam as normativas, produzem e desenharam os percursos turísticos no território. As entidades de implementação são geralmente associações regionais, conhecedoras do território, que sinalizam e implementam o percurso. O processo de implementação torna-se por vezes muito burocrático e mais demoroso devido ao facto da maioria dos percursos colidirem em zonas protegidas pelo ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas) e da Rede Natura 2000, sendo necessário pedir autorização a estas instituições para a implementação dos percursos pedestres (Técnico da Câmara Municipal de Chaves, 14-1-2020).

A divulgação dos percursos pedestres, além de ser feita nos websites das autarquias e de forma física nos postos de turismo, também é realizada em feiras de turismo vocacionadas para o turismo no interior, onde alcançam divulgar os percursos juntos de um público específico mais virado para

o turismo rural, o ecoturismo e o turismo de natureza. O município de Vila Real encontra-se inserido no segmento do “turismo de descoberta” (Técnico da Câmara Municipal de Vila Real, 27-2-2020), sendo um posicionamento turístico estratégico idêntico a outros municípios de TMAD.

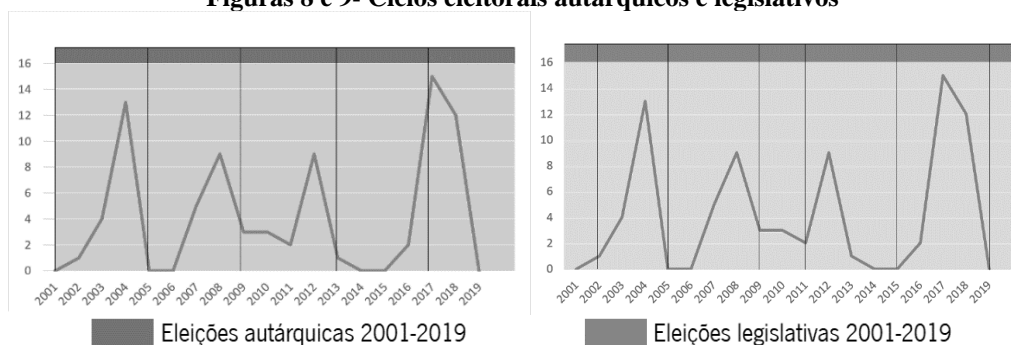
Tendo em conta todos os percursos pedestres identificados por nós em TMAD, a extensão média é de 7 kms e a média de tempo despendido neles centra-se nas 3 horas.

Outro aspeto analisado prende-se com os apoios financeiros atribuídos à criação dos percursos pedestres. Enquanto os percursos mais antigos foram apoiados pelos programas LEADER de desenvolvimento rural da União Europeia, os percursos criados mais recentemente recebem fundos da União Europeia através de programas como o Norte 2020 e Portugal 2020, de acordo com as informações contidas nos *flyers* (Ex. *flyers* do município de Macedo de Cavaleiros disponíveis em: <https://www.cm-macedodecavaleiros.pt/pages/227>). Analisando os percursos pedestres de TMAD, verificámos que os trilhos aproveitam sobretudo caminhos rurais, Estradas Municipais (EM) e Estradas Nacionais (EN), encontrando-se articulados e ligados com os principais atrativos turísticos de cada concelho.

Neste sentido e de forma complementar, consultámos os percursos disponibilizados no site Walking Portugal (http://www.walkingportugal.com/b_paginas_globais/WalkingPortugal_busca_regional.html) que faz uma recolha e caracterização dos percursos pedestres em Portugal, e noutros especializados em trilhos. Para o território em estudo, na plataforma Alltrails são disponibilizados 100 percursos pedestres enquanto na Wikiloc surgem mais de 12000 percursos. É importante referir que muitos destes percursos representam caminhos não oficiais, demonstrando que as pessoas visitam os territórios, aderem ao pedestrianismo e aos percursos pedestres oficiais, e também criam os seus próprios percursos.

Finalmente, também analisamos a relação entre a criação dos percursos pedestres e os ciclos eleitorais (figuras 8 e 9).

Figuras 8 e 9- Ciclos eleitorais autárquicos e legislativos



No cruzamento de calendários inferimos que a criação de percursos pedestres coincide com o calendário eleitoral autárquico, onde é notória a criação de percursos que antecedem os atos eleitorais, como ocorreu em 2008, 2012 e 2016. Ao mesmo tempo, não se nota uma relação das legislativas com a criação de percursos pedestres em TMAD.

5. CONCLUSÕES

A existência de 156 percursos pedestres nos 34 concelhos da região Trás-os-Montes e Alto Douro, divididos em 151 PR (96%) e 6 GR (4%), assenta, segundo as entrevistas mantidas com técnicos de turismo municipais, em três premissas principais:

- 1) O interesse dos municípios em desenvolver e diversificar a oferta turística dos seus territórios, criando redes de percursos pedestres com temáticas paisagísticas, turístico-culturais e naturais;
- 2) Valorizar os recursos existentes no território, bem como a paisagem ou as tradições culturais, e converter estes em produtos turísticos inseridos num quadro por um lado de valorização da montanha e dos territórios rurais e por outro, das atividades turísticas ligadas à natureza e ao ar livre;
- 3) Os municípios implementam os percursos pedestres nos seus territórios inseridos numa lógica de desenvolvimento territorial a nível local e regional, apoiados nas sinergias existentes entre agentes políticos, as comunidades locais e as associações locais.

Noutras palavras, os percursos pedestres de TMAD são uma forma de produção da diferença territorial e turística para maximizar a posição do destino (Hernández Ramírez, 2015: 111). Neste sentido, os percursos pedestres de TMAD, constituem um instrumento para que os visitantes conheçam o território e há uma clara aposta na dinamização turística do território por parte dos municípios, através da promoção do contato com a natureza e a locomoção corporal pedestre. É notório que nos últimos anos, todas as autarquias de TMAD têm feito um amplo esforço para criarem percursos pedestres, seja através da criação de raiz ou da conversão de antigos caminhos em novos percursos pedestres. Isto turistifica mais a oferta turística de TMAD e diversifica as atividades produtivas da região, que deixa de ter no turismo um “parente pobre”. Assim visto, as rotas pedestres podem ser pensadas como uma receita universal para narrar e relatar o particular de um destino turístico e dos seus atributos (Hernández Ramírez, 2015: 122).

Conciliando as novas formas de turismo, como as caminhadas inseridas no fenómeno de *walking tourism* e por sua vez no pedestrianismo, as atividades desportivas e de lazer ao ar livre promovem o contacto com a natureza, como demonstram as temáticas paisagística e desportiva, algo muito revalorizado nesta situação de pandemia global do Coronavírus. Com isto, as autarquias procuram expandir a sua rede de percursos pedestres e diversificar a oferta turística. Grande parte das redes de percursos pedestres existentes em cada município de TMAD estão homologados e sinalizados em conformidade com as diretrizes europeias emanadas pela FERP bem como pelas normas estabelecidas pela FCMP para o território nacional, o que confere mais valor e importância destes itinerários no âmbito do turismo nacional e internacional.

Na análise realizada foi possível verificar que existe uma tendência de uniformização dos modelos de conteúdo dos guias turísticos dos percursos pedestres. Contudo, a ausência de trabalho em rede e de articulação por parte das autarquias, com exceções como o caso do CPIS (Caminho Português Interior de Santiago de Compostela), constitui um entrave à criação de percursos intermunicipais e regionais, à agregação de informação, à divulgação conjunta e à uniformização dos itinerários. Portanto, torna-se necessário haver uma maior articulação e convergência entre autarquias no que concerne à oferta turística disponibilizada nos *websites* em termos de guias turísticos, sob a forma de *flyers* e ficheiros gps/kml. Outros aspetos que podem ser melhorados prendem-se com a criação de guias noutras línguas de forma a possuírem um maior alcance turístico e satisfazer melhor a procura.

Em suma, a criação dos percursos pedestres em TMAD é um processo que articula desde o surgimento da ideia, passando pela implementação e até à homologação, agentes políticos, técnicos de autarquias e envolvem as comunidades, inclusive as associações locais de caminheiros, onde todos veem os percursos pedestres como um mecanismo de desenvolvimento local e regional, permitindo a valorização dos territórios rurais e dos atrativos turísticos dos municípios.

Praticamente todos os municípios de TMAD apresentam na sua oferta turística percursos pedestres e trilhos sinalizados para os visitantes. Esta oferta tem-se iniciado em princípios do século XXI e intensificado a partir do ano 2017, por reflexão sobre os interesses e desejos de fazer caminhadas por parte da procura turística do Norte Interior de Portugal. Os percursos pedestres de TMAD diversificam a oferta turística e representam um capital social, cultural, económico, político e ambiental de grande potencial para o desenvolvimento turístico da região. Noutro estudo seria conveniente estudar a perceção dos percursos por parte dos visitantes e turistas da região de TMAD, de forma a validar os efeitos do seu uso e utilização turística pelos utentes, especialmente visitantes.

BIBLIOGRAFIA

- Braga, T. (2007). *Pedestrianismo e Percursos Pedestres*. Açores: Amigos dos Açores.
- Bardin, L. (2003). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bernardo, E. e Pereiro, X. (2020). Caracterização socioeconómica e territorial do Douro. In Pereiro, X. e Azevedo, P. (Coord.), *Turismo e Hospitalidade no Alojamento Turístico no Douro* (pp. 65-76). Vila Real: UTAD.
- Briedenhann, J. e Wickens, E. (2004). Tourism routes as a tool for the economic development of rural areas - vibrant hope or impossible dream?. *Tourism Management*, 71-79.
- Calixto, V. e Dores, A. (coord.) (2008). *Guia de Percursos Pedestres (Algarve)*. Faro: Região de Turismo do Algarve e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

- Carvalho, P. (2010). Pedestrianismo e percursos pedestres. *Cadernos de Geografia*. (28/29), 193-204.
- Câmara Municipal de Montalegre (2020). https://www.cm-montalegre.pt/cm-montalegre/uploads/document/file/1464/trilho_do_rio.pdf
- CCDRN (2021). <https://www.ccdr-n.pt/regiao-norte/apresentacao>
- Collado, A., Talaya, Á. e Navarro, D. (2017). Análisis de los folletos de información turística: Una aplicación a destinos nacionales mediante la investigación de mercados. *Investigación y Marketing*, (95), 47-54.
- Council of Europe (2002). *The Europe of Cultural Cooperation*, www.culture.coe/fr/routes/eng/eitin2.0
- CPIS (2020). <https://cpis.utad.pt/>
- Davies, N. (2016). Who walks, where and why? Practitioners' observations and perspectives on recreational walkers at UK tourist destinations. *Annals of Leisure Research*, 21(5), 553-574.
- Dickinson, J. e Lumsdon, L. (2010). *Slow travel and tourism*. Londres: Earthscan.
- Edwards, D. e Griffin, T. (2013). Understanding tourists' spatial behaviour: GPS tracking as an aid to sustainable destination management. *Journal of Sustainable Tourism*, 21(4): 580-595.
- Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal. (2006). *Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres*. Disponível em: [http://www.fcmportugal.com/files/Percursos Pedestres/RHPP_vWeb.pdf](http://www.fcmportugal.com/files/Percursos_Pedestres/RHPP_vWeb.pdf).
- Fédération Européenne de la Randonnée Pédestre (2020). <http://www.era-ewv-ferp.com/fr/accueil/>
- Fullagar, S., Markwell, K. e Wilson, E. (Eds.). (2012). *Slow tourism: Experiences and mobilities* (Vol. 54). Bristol: Channel View Publications.
- Gabriel, R. (2005). *Pedestrianismo e Promoção da Saúde: Estudo de Percursos Pedestres na Região do Douro Património Mundial*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Gómez-Ullate, M. (2017). Guías virtuales y guías turísticos. Mediación y comunicación turística en el siglo XXI. In Fraiz, Brea, J.A. (Dir.), *Tendencias Actuales del turismo del mundo* (pp. 197-205). Madrid: Ed. Síntesis.
- Gonçalves, J. (2003). *Passo-a-passo, Percursos Pedestres de Portugal*. Lisboa: FPC.
- Gouveia Ramos, V. (2015). *Turismo em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Gros, F. (2018). *Andar, una filosofía*. Madrid: Taurus.
- Hall, C., Ram, Y. e Shoval, N. (Eds.) (2017). *The Routledge International Handbook of Walking*. Londres: Routledge.
- Hoban, J. (2021). *Camina con tu lobo. Descubre los beneficios de andar*. Madrid: MAEVA.
- Kato, K. e Prozano, R. N. (2017). Spiritual (walking) tourism as a foundation for sustainable destination development: Kumano-kodo pilgrimage, Wakayama, Japan. *Tourism Management Perspectives*, 24, 243-251.
- Kim, H., Lee, S., Uysal, M., Kim, J. e Ahn, K. (2015). Nature-based tourism: Motivation and subjective well-being. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 32(sup1), S76-S96.
- Hardy, A. e Aryal, J. (2020). Using innovations to understand tourist mobility in national parks. *Journal of Sustainable Tourism*, 28(2), 263-283.
- Hernández Ramírez, J. (2015). "La ruta turística como estrategia de producción de la diferencia territorial", em Mantecón Campos, F.; Quiles García, F. e Reina Macías, J. (eds.), *Actas IX Jornadas de Patrimonio Histórico y Cultural de la provincia de Sevilla*. Sevilla: Casa de la Provincia – Diputación de Sevilla, pp. 111-127.
- Ingold, T. e Vergunst, J. L. (eds.) (2008). *Ways of Walking. Ethnography and Practice on Foot*. Adershot: Asghate.
- Jaffe, E. e Pasternak, H. (2004). Developing wine trails as a tourist attraction in Israel. *International Journal of Tourism Research*, 6(4), 237-249.
- Kouchner, F. e Lyard, J.P. (2001). *A valorização do turismo de passeio pedestre nos territórios rurais – Guia pedagógico sobre a elaboração e execução de um projeto de passeio terrestre*, Inovação em Meio Rural. Caderno, 12. Bruxelas: Observatório Europeu LEADER.
- Lane, B. (1994). What is rural tourism?. *Journal of sustainable tourism*, 2(1-2), 7-21.
- Le Breton, D. (2020, or. 2000). *Elogio del caminar*. Madrid: Siruela.

Lei de Bases do Desporto (Lei 30/2004, de 21 de julho). Publicada no Diário da República n.º 170/2004, Série I-A de 2004-07-21.

Li, W., Ge, X. e Liu, C. (2005). Hiking trails and tourism impact assessment in protected area: Jiuzhaigou Biosphere Reserve, China. *Environmental monitoring and assessment*, 108(1-3), 279-293.

López del Ramo, J. e Garcia Marco, F. J. (2018). The Way of Saint James in the Spanish regional government websites: content analysis, orientation and predominant thematic framings. *Revista General de Informacion y Documentacion*, 28(2), 703-726.

Majdoub, W. (2010). Analyzing cultural routes from a multidimensional perspective. *Almatourism – Journal of Tourism, Culture and Territorial Development*, 1(2), 29-37.

Moreira, C. (2007). *Teorias e Práticas de Investigação*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas.

Município de Macedo de Cavaleiros (2020). <https://www.cm-macedodecavaleiros.pt/pages/227>

Murray, M. e Graham, B. (1997). Exploring the dialectics of route-based tourism: the Camino de Santiago. *Tourism Management*, 18(2), 513-524.

Neto, V. (2013). *Portugal turismo. Relatório urgente. Onde estamos. Para onde queremos ir*. Lisboa: Bnomics.

O'Mara, S. (2020). *Elogio del caminar*. Barcelona: Anagrama.

Ortín, P. (2018). Editorial Altair magazine, *El arte de caminar. Un viaje a escala humana* (pp. 6-10). Espanha: Altair.

Paiva, O, Seabra e C., Abrantes, J. (2019). Cultural Routes Crossing Portugal: history and traditions. *International Journal of Religious Tourism and Pilgrimage*, 7(4), 18-33.

Paül, V., Trillo-Santamaría, J. M. e Haslam-Mckenzie, F. (2019). The invention of a mountain tourism destination: an exploration of Trevinca-A Veiga (Galicia, Spain). *Tourist Studies*, 19(3), 1-23.

Pereiro, X. (2009). *Turismo cultural: Uma visão antropológica*. Tenerife: Pasos edita. E-book em <http://www.pasosonline.org/es/colecciones/pasos-edita/36-numero-2-turismo-cultural>

Pereiro, X. (2018a). Ancient ways, new cultural tourism routes: the inner portuguese way to Santiago de Compostela. In Eloy Gómez Pellón (ed.), *Rural worlds, social sustainability and local landscapes in the globalisation era: case studies in Southern Europe* (pp. 289-315). Pamplona: Thomson Reuters Aranzadi.

Pereiro, X. (2018b). Abordagem exploratória do turismo rural de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal). *Análise Social (ICS – Instituto de Ciências Sociais, Lisboa)* 226(53), 58-87. Online em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n226a03.pdf>

Pereiro, X. e Azevedo, P. (coords.) (2020). *Turismo e hospitalidade no alojamento turístico no Douro*. Vila Real: UTAD. Online em: https://issuu.com/pasosonline/docs/ps_dif_2020_1
<http://www.pasosonline.org/es/colecciones/pasos-difunde> http://www.pasosonline.org/Publicados/pasos_difunde/PS_DIF_2020_1.pdf

Perussi, R. F. (2011). Planejamento de roteiros de ecoturismo. In R. Teles, *Turismo e Meio Ambiente* (pp. 185-204). Rio de Janeiro: Elsevier.

Phillimore, J. e Goodson, L. (eds.) (2004). *Qualitative Research in Tourism. Ontologies, Epistemologies and Methodologies*. Londres: Routledge.

Portaria n.º 1465/2004. *Portaria n.º 1465/2004 de 17 de dezembro*. <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/218357/details/maximized>

Portela, J. (1978). *A Sociedade Rural em Trás-os-Montes*. Vila Real: Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro (IUTAD).

Prat, J. (2011). Por qué caminan? Una mirada antropológica sobre el Camino de Santiago. In A. M. Nogués-Pedregal e F. Checa Olmos (Coords.), *La cultura sentida. Homenaje al profesor Salvador Rodríguez Becerra* (pp. 495-529). Sevilla: Signatures ediciones.

Ram, Y. e Hall, C. (2018a). Walkable places for visitors: assessing and designing for walkability. In Hall, C., Ram, Y. e Shoval, N. (Eds), *The Routledge International Handbook of Walking* (pp. 311-29). Routledge: Abingdon.

Ram, Y. e Hall, C. (2018b). Walking tourism in cities: introducing the special issue. *International Journal of Tourism Cities*, 4(3), 281-284.

Ramírez, J. (2011). Los caminos del patrimonio. Rutas turísticas e itinerarios culturales. *Pasos*, 9(2), 225-236.

Randall, T. e Baetz, B. (2001). Evaluating pedestrian connectivity for suburban sustainability. *Journal of Urban Planning and Development*, 127(1), 1-15.

Ruiz, J., Serrano, M. e Serrano, G. (2014). Potenciación del patrimonio natural, cultural y paisajístico con el diseño de itinerarios turísticos. *Cuadernos De Turismo*, (34), 189-211.

Rodrigues, Á., Kastenholz, E. e Rodrigues, A. (2010). Hiking as a relevant wellness activity- results of an exploratory study of hiking tourists in Portugal applied to a rural tourism project. *Journal of Vacation Marketing*, 16(4), 331-343.

Rodriguez, P.; Darias, A. e Talavera, A. (2010). El análisis de la imagen proyectada: una propuesta para la normalización de folletos y web turísticas. *Pasos*, 8(1), 211-218.

Rodrigues, A. e Kastenholz, E. (2010). Sentir a Natureza- passeios pedestres como elementos centrais de uma experiência turística. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 13/14, 719-728.

Salgado, M., Oliveira, I. e Martins, J. (2016). Hiking in Alva Valley: Water Routes. In *I International Forum on Tourism and Heritage 2016: Water, Heritage and Sustainable Tourism*. Online em: <https://conferencias.uportu.pt/index.php/heritagetourism/heritagetourism/paper/view/42>.

Shakya, M. (2009). *Risk, vulnerability and tourism in developing countries: The case of Nepal* (vol. 56). Logos Verlag Berlin GmbH.

Teixeira, R., Esteves, E. e Fernandes, P. (2018). Experiência turística dos praticantes de percursos pedestres. In *I Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas: livro de atas*: 485-493. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.

Thoreau, H. D. (2018). Um passeio invernal. *Altair Magazine, El arte de caminar. Un viaje a escala humana*, nº8 (pp. 148-155). Barcelona: Altair.

Tovar, Z. e Carvalho, P. (2019). Percursos pedestres e turismo de passeio pedestre em Portugal. In F. Cravidão e N. Santos (coords), *Turismo e Cultura: destinos e competitividade* (pp. 413-436). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

UNWTO (2015). World Tourism Organization. *Global Report on Cultural Routes and Itineraries*. Madrid: World Tourism Organization.

UNWTO (2019). *Walking Tourism Promoting Regional Development*. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284420520>

Zabini, E. (2012). Cultural Routes and Intangible Heritage. *AlmaTourism - Journal of Tourism, Culture and Territorial Development*, 5: 59-80.

Zimmer, P. e Grassmann, S. (1996). *Avaliar o potencial turístico de um território*. Bruxelas: Observatório Europeu LEADER.

Zimmer, P. e Grassmann, S. (2001). *A valorização do turismo de passeio pedestre nos territórios rurais. Guia pedagógico sobre a elaboração e execução de um projecto de passeio pedestre*. Bruxelas: Observatório Europeu LEADER.

Ward-Perkins, D.; Beckmann, C. e Ellis, J. (Eds.) (2019). *Tourism Routes and Trails: Theory and Practice*. CABI: Wallingford.

Walking Portugal (2020). <http://www.walkingportugal.com/default.htm>

Wood, J. (2018). El cuerpo como lápiz. *Altair Magazine, El arte de caminar. Un viaje a escala humana*, nº 8 (pp.54-59). Barcelona: Alt